

FORMAÇÃO HISTÓRICO-ANTROPOLÓGICA BRASILEIRA E SEUS IMPACTOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Rafaela Hort¹
Sandro Luiz Bazzanella²
Alexandre Assis Tomporoski³

RESUMO

Este artigo é resultado de pesquisa bibliográfica a partir de estudos da obra do antropólogo Darcy Ribeiro, “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil” e do sociólogo Raymundo Faoro: “Os donos o poder”. O objetivo deste estudo é investigar aspectos históricos e, sociais que conformam os limites constitutivos da sociedade brasileira em compreender a si mesma. Ou seja, de se tomar como objeto de estudo revisitando suas bases socio históricas reveladoras dos limites de constituição de um espaço público que salvaguardasse o bem comum dos interesses privados. Ainda nesta direção, trata-se de compreender a constituição de suas instituições políticas que alicerçadas em bases legais não se apresentaram em suas origens plenamente legítimas na defesa dos interesses públicos. Assim, constatamos que desde seus primórdios nos conformamos com uma sociedade marcada pela diversidade étnica em que negros, índios e, afrodescendentes não foram e ainda não se encontram integrados plenamente na sociedade brasileira. Esta condição se encontra presente na ausência do direito de propriedade, nos limites do princípio de isonomia, nas dificuldades de acessos aos bens públicos, como educação e saúde. Parte desta sociedade é exposta a violência física e simbólica gerando um tecido social marcado pela desconfiança. Esta são algumas das variáveis analíticas que este artigo coloca em debate como forma de contribuir com os esforços e a premente necessidade de nos reconhecermos como sociedade brasileira em nossos limites e em nossas potencialidades.

Palavras chave: Sociedade; Formação-sócio- histórica; Desenvolvimento.

¹ Possui graduação em fisioterapia pela Associação Catarinense de Ensino (2005) e mestrado em Mestrado pela Universidade do Contestado (2019). E-mail: Rafafisio_@hotmail.com

² Possui graduação em Filosofia pela FFCELDB/RS (1989). Mestrado em Educação e Cultura pela UDESC (2003); Doutorado em Ciências Humanas UFSC (2010). E-mail: sandro@unc.br

³ Possui graduação em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2003), Mestrado (2006) e Doutorado (2013) em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: alexandre@unc.br.

ABSTRACT

This article is the result of bibliographical research from studies of the work of anthropologist Darcy Ribeiro, “The Brazilian People: The Formation and Meaning of Brazil” and sociologist Raymundo Faoro: “The Owners of Power”. The aim of this study is to investigate historical and social aspects that shape the constitutive limits of Brazilian society in understanding itself. That is, to take as an object of study revisiting its socio-historical bases revealing the limits of constitution of a public space that safeguarded the common good of private interests. Still in this direction, it is a matter of understanding the constitution of their political institutions that, based on legal bases, did not present themselves in their fully legitimate origins in the defense of public interests. Thus, we find that since its inception we conform to a society marked by ethnic diversity in which blacks, Indians and African descendants have not been and are not yet fully integrated into Brazilian society. This condition is present in the absence of taphe right to property, within the limits of the principle of equality, in the difficulties of access to public goods, such as education and health. Part of this society is exposed to physical and symbolic violence generating a social fabric marked by distrust. These are some of the analytical variables that this article puts into debate as a way to contribute to the efforts and the urgent need to recognize ourselves as a Brazilian society within our limits and potential.

Keywords: Society; Socio-historical formation; Development.

INTRODUÇÃO

A temática que justificou a pesquisa, a reflexão e a redação deste artigo se constituiu a partir da questão dos pressupostos da conformação antropológica e histórica constitutiva da colonização brasileira, sob os aspectos das obras do antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro (1922-1997), “O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil” e, do sociólogo Raymundo Faoro (1925-2003), “Os Donos Do Poder”. Darcy Ribeiro na obra acima citada, fala da intervenção do “outro” no meio histórico-natural de uma nação que ainda não existia, mas sofreu intervenção direta dos colonizadores. Raimundo Faoro por sua vez descreve a conformação patrimonialista, clientelista e extrativista do Estado português e sua incidência na constituição do Brasil colônia e, que se estende para o Brasil independente do Império à República nos dias atuais. A partir das contribuições teóricas, conceituais, analíticas e reflexivas

dos referidos autores constata-se que a sociedade brasileira necessita urgentemente pensar quem são e como são. Quais são suas referências políticas, sociais, econômicas e culturais.

Nesta direção, argumenta o filósofo Roberto Gomes em sua obra: “Crítica da Razão Tupiniquim” argumenta:

O conformismo brasileiro encontra aí seu terreno de eleição. Justificar, por exemplo, sua condição – dependência, insolvência política, jogos e privilégios - através de um simples “o brasileiro é assim mesmo”, eis o que impede seja criada entre nós uma atitude tipicamente brasileira ao nível da reflexão crítica, proposta e assumida como nossa. Desconhecendo-se, mal sabendo de uma Razão Tupiniquim, o brasileiro aliena-se de dois modos: rindo de sua sem-importância, ou delirando em torno do "país do futuro" em variados “anauês”. Na verdade, conformismo e ausência de poder crítico, pois nos dois casos há um abandono – “deixa como está para ver como é que fica” – e uma esperança mágica – “dá-se um jeito”.. (GOMES,1982, p. 11)

Ao analisarmos nossa condição atual como sociedade e, sob os desafios do desenvolvimento local, regional e nacional, constata-se a precariedade das questões sociais, políticas e econômicas constitutivas da sociedade brasileira. Tais condições estiveram presentes desde a era colonial, onde o poder político e econômico sempre esteve nas mãos de coronéis, senhores de engenho, latifundiários, chefes políticos e suas milícias em detrimento das camadas populares submetidas a condição de subalternidade, entre elas: negros, índios, caboclos, pequenos produtores, desprovidos de voz e posição política suficiente para fazer frente à voracidade extrativista privada sobre os bens públicos.

A importância desta pesquisa, de suas reflexões e elaborações teóricas constitui-se a partir de um olhar voltado para uma sociedade marcada pela violência. A violência em suas mais variadas formas deixa marcas no comportamento de uma sociedade, entre elas, a descrença e o desprezo pelo sistema social vigente. As pessoas tendem a se isolar, não conseguem formar laços de confiança comunitários condição necessária para ação política comum fundamental para desencadear possibilidades de desenvolvimento humano, social, político e econômico sustentável.

Darcy Ribeiro e Raimundo Faoro: contribuições para a compreensão de aspectos da conformação sócio-histórica e antropológica da sociedade brasileira.

Considerando os pressupostos da conformação sócio histórica e antropológica da colonização brasileira, sob variáveis analíticas das obras do antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro (1922-1997) e, do sociólogo Raymundo Faoro (1925-2003), é possível uma análise

compreensiva de como se deu a colonização brasileira e seus impactos no *ethos* social brasileiro em curso na atualidade.

A narrativa histórica clássica nos informa que originalmente as terras que serão nomeadas de Brasil eram habitadas por índios. A colonização portuguesa interviu, modificou e moldou o modo de vida destes povos repercutindo antropologicamente em nosso processo sócio histórico. Compreender tal condição requer a compreensão de aspectos do *ethos* do colonizador lusitano. Nesta direção, a obra de Faoro (Os donos do poder) é fundamental neste exercício reflexivo.

Na península ibérica formou-se e se constituiu a sociedade sob o império da guerra. Apareceu na história, com as lutas contra o domínio romano. Foi atacada pelos exércitos de Aníbal⁴, enfrentou a ocupação germânica. Esta sucumbiu a ação dos mouros. Duas civilizações, uma do antigo ocidente, outra do oriente que estava próximo, lutaram dentro de suas fronteiras pela conquista e unificação da Europa. Das ruínas do império visigótico, disciplinado e enriquecido pela cultura dos vencidos, dilacerado em pequenos reinos, gerou um mundo novo, que transmitiu sua fisionomia aos tempos modernos. Depois de muitos confrontos apareceu, em direção às praias do Atlântico, o reino de Portugal (FAORO, 1975).

O patrimônio real grandioso, maior que o do clero e da nobreza, ainda no século XIV sustentavam os guerreiros, os delegados monárquicos, os servidos monárquicos, os nobres dependentes da corte espalhados ao longo do território do recém fundado Estado português. À nobreza real permitido, sobretudo, a fazia doações rurais, em recompensa aos serviços prestados pelos seus caudilhos, recrutados, alguns, entre aventureiros de toda a Europa (FAORO, 1975).

Para Faoro a crise de liderança monárquica entre os anos de 1383-85, de onde nascerá uma nova dinastia, a dinastia de Avis, dará a forma do que mais tarde será o reino de Portugal. O rei como dono de tudo, reinara com a chefia da guerra, estabelecendo, assim, sua soberania, do *dominare* ao *regnare*.. Seu poder, vincula-se e fundamenta-se na riqueza e não das funções públicas exercidas pela racionalidade do Estado português. Nos conturbados dois primeiros séculos do reino de Portugal traçaram-se limites entre o exercício de um cargo e a propriedade privilegiada. A medida que o reinado conquistava súditos o clero perdia poder, o rei com sua

⁴ **Aníbal Barca** (247-183 AEC), conhecido popularmente como **Aníbal**, foi um general e estadista cartaginês. É considerado um dos maiores estrategistas militares da história. Sua vida transcorreu no conflituoso período em que Roma estabeleceu sua supremacia na bacia mediterrânea, superando outras potências (a própria República Cartaginesa, Macedônia, Siracusa e Império Selêucida). Foi o general mais ativo da Segunda Guerra Púnica, em que executou um dos mais audazes feitos militares da Antiguidade: Aníbal e seu exército, ao qual se incluíam trinta e oito elefantes de guerra, partiram da Hispânia e atravessaram os Pirineus e os Alpes com o objetivo de conquistar o norte da Itália. Ali derrotou os romanos em grandes batalhas campais como a do rio Trébia, a do lago Trasimeno e a de Canas, que ainda são estudadas em academias militares na atualidade (ARIES, 1989)

propriedade, suas terras e seus tesouros se confunde propositalmente o que é público e o que é privado. Tudo provinha do rei e para o rei. Os colonos tinham que prestar alguns dias , de serviço gratuito ao rei. Esta exploração abrangia desde a pecuária até as olivas, onde homens a serviço do rei, cobravam parte da renda de tudo que se produzia. Podemos dizer que a monarquia portuguesa era uma monarquia agrária. (FAORO, 1975).

As influências jurídicas são advindas dos primórdios, pode ser situado na constituição de Diocleciano (285-305). O direito será o de Justiniano (527-65), cujas codificações se propagaram no ocidente, modelo indelével do pensamento jurídico. Há o trabalho surdo, em que as ideias se filtram nos costumes, e o trabalho de criação consciente, ao modo de uma obra de arte, que a Escola de Bolonha (séculos XII e XIII) sistematizará. De uma e de outra fonte correrão as águas para se encontrar no Estado moderno: o Estado que consagra a supremacia do príncipe, a unidade do reino e a submissão dos súditos a um poder mais alto e coordenador das vontades. A Península Ibérica, unida à cabeça papal, absorveu as lições dos clérigos-juristas, que se espalham pela Europa, sobretudo a partir dos séculos XI e XII (FAORO, 1975, p. 12).

Na idade média o comércio já tinha seu próprio direito comercial, com seus produtos comerciais e títulos de crédito. O renascimento jurídico romano, estimulado conscientemente para reforço do Estado patrimonial, serviu de estatuto à ascensão do quadro administrativo do rei português e do seu ministerialismo com tradições visigóticas. A realeza e o clero juntos formam o Estado patrimonial.

A realidade econômica, com o advento da economia monetária e a ascendência do mercado nas relações de troca, dará a expressão completa a este fenômeno, já latente nas navegações comerciais da Idade Média. A moeda — padrão de todas as coisas, medida de todos os valores, poder sobre os poderes — torna este mundo novo aberto ao progresso do comércio, com a renovação das bases de estrutura social, política e econômica. A cidade toma o lugar do campo. A emancipação da moeda circulante, atravessando países e economias até então fechadas, prepara o caminho de uma nova ordem social, o capitalismo comercial e monárquico, com a presença de uma oligarquia governante de outro estilo, audaz, empreendedora, liberta de vínculos conservadores. Torna-se possível ao príncipe e ao seu estado maior organizar o Estado como se fosse uma obra de arte, criação calculada e consciente. As colunas tradicionais, posto que não anuladas ou destruídas, graças aos ingressos monetários, ao exército livremente recrutado e aos letrados funcionários da Coroa, permitem a construção de formas mais flexíveis de ação política, sem rígidos impedimentos ou fronteiras estáveis. É o Estado moderno, precedendo ao capitalismo industrial, que se projeta sobre o ocidente (FAORO, 1975, p15).

Patrimonial e não feudal o mundo português, através da colonização aporta no mundo brasileiro conformando as relações de poder nestas terras colonizadas, bem como incidindo na ordem econômica, social que persiste em suas especificidades até os dias de hoje. O feudalismo, como forma econômica comumente vista no mundo europeu, quer como realidade social, militar e política, esteve distante do mundo português. As terras obedeciam a um estado patrimonial, onde eram doadas e vendidas como o bem querer da realeza. Estado patrimonial

entrelaçado com direito romano, na tradição e nas fontes eclesiásticas, atualizado com os juristas recém-formados da Escola de Bolonha. “Na monarquia patrimonial, o rei dirige o comércio, a economia como se fosse empresa sua, representando a extensão da casa do soberano. A administração e a economia se juntam a sua estrutura, evitando pessoas e territórios de serem autônomos.” (FAORO, 1975, p.20)

Segundo Faoro (1975) a economia de Portugal, no século XV, obedece a um núcleo ativo dinâmico, associado ao Estado. Burguesia e domínio territorial estavam domesticados ao mesmo fim, sob o comando do soberano. A economia era comandada pelos burgueses e o território pelo rei.

A partir da contribuição analítica do antropólogo Darcy Ribeiro é possível aprofundar a compreensão de aspectos do processo de colonização e conformação sócio histórica da sociedade brasileira. Para Darcy Ribeiro nesse plano, as relações de classes no seja período colonial, seja na atualidade chegam alcançam um grau de complexidade que não permite a comunicação propriamente humana entre a massa do povo e a minoria privilegiada, que a vê e a ignora, explora e a maltrata. Com as expedições marítimas de Portugal, as quais, foram feitas com o intuito de desbravar, mas, também de explorar, encontrou no Brasil ambiente perfeito para o estabelecimento de uma colônia de exploração. Abençoados os portugueses com dada descoberta, pois nesta terra tinha muito o que explorar. Exploração de matérias primas naturais e também da mão de obra dos que aqui habitavam.

Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo, modelo de estruturação societária. Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existam. Povo novo, ainda, porque é um novo modelo de estruturação societária, que inaugura uma forma singular de organização sócio-econômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial. (RIBEIRO, 1995, p.19).

Darcy Ribeiro corrobora com Raimundo Faoro, salvaguardadas as especificidades analíticas de ambos autores, ao mencionar que a sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas pela herança dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil surge com características próprias, mas atado aos portugueses, cujas potencialidades insuspeitadas de prosperar se realizariam plenamente.

Para Darcy Ribeiro as elites dirigentes, primeiro lusitanas, depois luso-brasileiras e, afinal, brasileiras, viveram sempre e vivem ainda sob o pavor da resistência das classes

oprimidas. Boa parte desse pavor se manifesta na brutalidade repressiva contra qualquer insurgência e a predisposição autoritária do poder central, que não admite qualquer alteração da ordem vigente. A estratificação social separa os brasileiros ricos e remediados dos pobres, e todos eles dos miseráveis. Nesse plano, as relações de classes perdem toda comunicação propriamente humana entre a massa do povo e a minoria privilegiada, que a vê e a ignora, a trata e a maltrata, a explora, como se esta fosse uma conduta natural.

O povo-nação não surge no Brasil da evolução de formas anteriores de sociabilidade, em que grupos humanos se estruturam em classes opostas, mas se conjugam para atender às suas necessidades de sobrevivência e progresso. Surge, isto sim, da concentração de uma força de trabalho escrava, recrutada para servir a propósitos mercantis alheios a ela, através de processos tão violentos de ordenação e repressão que constituíram, um continuado genocídio e um etnocídio implacável. Subjacente à uniformidade cultural brasileira, esconde-se uma profunda distância social, gerada pelo tipo de estratificação que o próprio processo de formação nacional produziu. O antagonismo classista que corresponde a toda estratificação social aqui se exacerba, para o por uma estreitíssima camada privilegiada ao grosso da população, fazendo as distâncias sociais mais intransponíveis que as diferenças raciais (RIBEIRO, 1995, p. 23).

Nesta direção, argumenta Darcy Ribeiro, que ao contrário do que diz a história oficial, nunca faltou aqui, o apelo à violência pela classe dominante como arma fundamental da construção da história. O que faltou, sempre, foi espaço para movimentos sociais capazes de promover sua reversão das injustiças sociais. No Brasil, de índios e negros, a obra colonial de Portugal foi radical. Seu produto mais importante não foram os ouros descobertos, nem as mercadorias produzidas e exportadas. Nem mesmo as tantas riquezas que permitiram erguer o reino Português, mas sim, a exploração humana (RIBEIRO, 1995).

O AUTORITARISMO

Quando falamos em abuso de poder, em autoritarismo, pensamos no que é justo ou injusto, o que ético ou imoral. O sociólogo Atílio Boron, diz que a moral dos indivíduos somente se realiza na política e é nela onde se desdobram suas virtudes, justiça, prudência, amizade. E onde se pode alcançar, como assegura Aristóteles, a felicidade. Por isso se define o homem como animal político. Ou seja, por sua participação nos assuntos da *pólis* ou cidade, estado. As virtudes morais do ser humano somente podem ser alcançadas com sua participação comunitária (BORON, 2006).

A questão da legitimidade e da moralidade no exercício do poder encontra na trajetória civilizacional brasileira uma linha de continuidade que se expressa de forma virulenta na corrupção das elites que pretendem manter a todo custo as relações de dominação que

perpassam o tecido social brasileiro. Talvez isto explique muitas contradições nacionais, bem como o fato de que entre as melhores indústrias nacionais, muitas delas estão nas mãos de estrangeiros, que com elas se enriquecem, e que desconsideram as pretensões e, sobretudo a necessidade de constituirmos uma dinâmica de desenvolvimento local, regional e nacional que possa ser sustentável e inclusiva socialmente. Tal condição, deixa claro o autoritarismo e o estamento de classes que viceja e domina a sociedade brasileira (RIBEIRO,1995).

O estamento, quadro administrativo e estado-maior de domínio, configura o governo de uma minoria. Poucos dirigem, controlam e infundem seus padrões de conduta a muitos. O grupo dirigente não exerce o poder em nome da maioria, mediante delegação ou inspirado pela confiança que do povo, como entidade global, se irradia. E a própria soberania, impenetrável e superior, numa camada restrita, ignorante do dogma do predomínio da maioria. A minoria exerce o governo em nome próprio, não se socorre da nação para justificar o poder, ou para legitimá-lo jurídica e moralmente. Uma tradição, expressa algumas vezes em doutrina, tranquiliza a consciência dos governantes, formados na escola aristocrática. O comitê executivo, agarrado às rédeas, representa aristocrática segmento que se apropria do Estado, sem condescendência com a presumível vontade do povo. A nação só não deve se organizar para se converter em inimiga, no limite do jugo tolerável. O contato entre governo e governados, distante, frio, indiferente, só ganha dramaticidade nesse limite extremo, no limiar da conduta que despoja o povo de sua honra. (...). O governo, o efetivo comando da sociedade, não se determina pela maioria, mas pela minoria que, a pretexto de representar o povo, o controla, deturpa e sufoca (FAORO, 1975, p. 88,89).

O povo nação que estava se constituindo no bojo do processo de colonização esta alijado da conformação do espaço público como *locus* de preservação do bem comum. Ou seja, as instituições e suas estruturas de poder não se constituem de forma legítima a partir da vontade, mas, sobretudo dos laços de confiança comunitários, locais, regionais e, que se espraiariam na conformação do território nacional fortalecendo os vínculos de pertencimento e, sobretudo de reconhecimento de uma totalidade societária. Assim, instituições e estruturas de poder, desde sua origem são conformadas a partir dos interesses das oligarquias agrárias em parceria com a aristocracia dos centros administrativos da colônia.

Tal condição significa reconhecer que nas terras da colônia e, após a independência das oligarquias arcaicas locais e regionais, bem como das oligarquias burguesas apresenta-se paradoxalmente ausente a noção de espaço público, mas sobretudo a distinção entre espaço público e interesses privados. O poder é exercido pelas oligarquias agrárias sob o manto da legalidade, mas desprovidas de legitimidade na medida em que não observam e muito menos respeitam o civilizatório princípio da isonomia, da primazia dos interesses públicos, da promoção da equitativa da propriedade, entre outras situações assemelhadas. É neste contexto que nos conformamos majoritariamente como uma sociedade da desconfiança, desprovida de

laços de solidariedade em relação aos interesses públicos e, sobretudo uma sociedade marcada pela violência em relação aos setores sociais mais vulneráveis.

O discutível espírito de defesa da liberdade, que estaria inscrito no seu cerne, se converteria no estrangulamento da convivência democrática. De outro lado, o governo das elites levaria, em substituições sucessivas, a negar todo o conteúdo de representatividade das forças sociais: primeiro o partido, depois o comitê executivo, por fim o chefe. Esta crítica partiu do campo marxista, no qual, a despeito da concepção do Estado como expressão da classe dominante, o elitismo conquistou indisfarçáveis posições. A classe dirigente, a elite ou a classe política seria, desta sorte, um produto destilado por qualquer sistema, sistema aristocrático ou democrático, com os caracteres dependentes do solo que a gerou. Seria nesta análise, uma excrescência do mecanismo representativo, distorção necessária do exercício da soberania popular, perecível sempre que reivindicar autonomia social e independência política. Numa ordem de estamento, o vazio é rapidamente preenchido, por meio de chefes e líderes designados do seio da camada de domínio, líderes e chefes de que ninguém conhecia o nome (FAORO, p.90,91 1975).

O patrimonialismo, organização política básica, fecha-se sobre si próprio como estamento, de caráter marcadamente burocrático. Burocracia não no sentido moderno, como aparelhamento racional, mas da apropriação do cargo — o cargo carregado de poder. O arcaísmo da estrutura social, o patrimonialismo que surge na sua criatura, o estamento. O comércio exterior, o mercado mundial, conduzem e pressionam a economia interna, num momento em que há, cada vez menos, nações isoladas. Quem dita o ritmo é a economia mundial, forçando a ela se adaptar, expressando, com o ajuste, modernização e progresso. A empresa particular, pobre de recursos e de substância para acompanhar a corrida, se alinha ao Estado, que, ao tutelá-la a regula interiormente, sob os cuidados do estado-maior de domínio, que aprova e estimula seus passos. A comunidade política, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados, em detrimento da sociedade (FAORO, 1975).

O domínio tradicional se configura no patrimonialismo, quando aparece o estado-maior de comando do chefe, junto à casa real, que se estende sobre o largo território, subordinando muitas unidades políticas. Sem o quadro administrativo, a chefia dispersa assume caráter patriarcal, identificável no mando do fazendeiro, do senhor de engenho e nos coronéis. Num estágio inicial, o domínio patrimonial, desta forma constituído pelo estamento, apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado, que, com o aperfeiçoamento da estrutura, se extrema em competências fixas, com divisão de poderes, separando-se o setor fiscal do setor pessoal. O caminho burocrático do estamento, em passos entremeados de compromissos e transações, não desfigura a realidade fundamental, impenetrável às mudanças. O patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal, que adota o mercantilismo como a técnica de operação da economia. Daí se arma o capitalismo político, ou capitalismo politicamente orientado, não calculável nas suas operações, em terminologia adotada no curso deste trabalho. A compatibilidade do moderno capitalismo com esse quadro tradicional, equivocadamente identificado ao pré-capitalismo, é uma das chaves da compreensão do fenômeno histórico português-brasileiro, ao longo de muitos séculos de assédio do núcleo ativo e expansivo da economia mundial, centrado em mercados condutores, numa pressão de fora para dentro (FAORO, 1975, p. 736).

A elite das democracias não pode se consolidar num estrato privilegiado, mutável nas pessoas, mas fechado estruturalmente. As instituições, normativamente operantes, trituram suas veleidades autonomizadoras, veleidades sempre discerníveis na burocracia. No patrimonialismo, no momento da emergência das classes, procuram estas nacionalizar o poder, apropriá-lo, para que se dilua na elite. O conflito está presente nesse tipo de estrutura, sobretudo quando posta em convívio com o capitalismo industrial, por pressão externa e por efeito de expansionismo internacional deste. A elite política do patrimonialismo é o estamento, estrato social com efetivo comando político, numa ordem de conteúdo aristocrático (FAORO, 1975).

Nossa tipologia das classes sociais vê na cúpula dois corpos conflitantes, mas mutuamente complementares. O patronato de empresários, cujo poder vem da riqueza através da exploração econômica; e o patriciado, cujo mando decorre do desempenho de cargos, tal como o general, o deputado, o bispo, o líder sindical e tantos outros. Naturalmente, cada patricio enriquecido quer ser patrão e cada patrão aspira às glórias de um mandato que lhe dê, além de riqueza, o poder de determinar o destino alheio. Nas últimas décadas surgiu e se expandiu um corpo estranho nessa cúpula. É o estamento gerencial das empresas estrangeiras, que passou a constituir o setor predominante das classes dominantes. Ele emprega os tecnocratas mais competentes e controla a mídia, conformando a opinião pública. Ele elege parlamentares e governantes. Ele manda, e desmanda, conforme sua plena conveniência (RIBEIRO, 1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Populações manipuladas e exploradas têm dificuldade de constituir consciência de si mesmas, estão desprovidas de expectativas em relação ao seu próprio desenvolvimento e prosperidade. Populações em tais circunstâncias, desprovidas do sentimento de pertencimento e reconhecimento de sua condição no território em que habitam se deixam conduzir por propostas messiânicas, populistas, autoritárias advindas interesses de pequenos grupos de controle, comando e dominação. Nestas circunstâncias, perdem a força necessária para lutar pelas suas condições de vida, e se entregam, ou são forçadas a entregar seus sonhos e suas aspirações de desenvolvimento humano e social dignos.

Ao pesquisar e analisar diversos aspectos a partir das obras de Darcy Ribeiro e Raimundo Faoro, que incidem sobre a conformação histórico-antropológica da sociedade brasileira, desde seus primórdios, vemos que ela se constitui a partir de especificidades e peculiaridades disformes. Na colonização brasileira se constituiu uma sobreposição entre as

relações de poder e de vida. Poder esse que tinha interesses econômicos extrativistas em relação as riquezas aqui encontradas. Ou seja, exploração do território. Milhares de índios, negros, mamelucos, cafuzos, mestiços foram mortos e escravizados pelos colonizadores europeus, principalmente pelos portugueses que aqui chegaram do além mar.

Segundo Darci Ribeiro (1995), não tomamos consciência de nós mesmos e de nossas potencialidades, não há, nunca houve, aqui um povo livre, mandando no seu próprio destino e na busca de sua prosperidade. O que houve e o que há é uma massa de trabalhadores explorada, humilhada e ofendida por uma minoria dominante, totalmente eficaz na formulação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade, sempre pronta a esmagar qualquer reforma de ordem social vigente.

Estados formados e mantidos pelo poder de certos patronatos, que historicamente tiveram e continuam mantendo o interesse em aumentar seu próprio poder, em detrimento da população em geral, deixam seus reflexos de autoritarismo e exploração presentes na atualidade. Sob o jugo desta condição, a sociedade brasileira demonstra fragilidade em compreender sua condição e aos primeiros ventos turbulentos entra em crise. Crise que leva ao esgotamento de suas estratégias de desenvolvimento provocando sofrimento econômico, político e social da população em geral.

Sob tais pressupostos pode-se constatar que o povo brasileiro, não tomou a si mesmo como objeto de ser e ter e tornar possível um jeito próprio brasileiro de ser brasileiro. É condição de urgência e necessidade inadiável o desenvolvimento e aprofundamento de estudos, sobre as marcas de violência sobre a população comprometendo sua capacidade de desenvolvimento pela constante promoção da desconfiança, da corrupção, da violência institucionalizada, pela privação de serviços públicas suficientes aos brasileiros e, sobretudo as jovens gerações.

REFERÊNCIAS

BORON, A. Atilio (Org.). **Filosofia política contemporânea: controvérsias sobre civilização, império e cidadania**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); São Paulo : Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2006.

DA MATTA, Roberto. **Brasileirismos: além do jornalismo, aquém da antropologia e quase ficção**. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1975.

_____. Um momento decisivo na história. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 70-72, dez. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/ ea/v12n34/v12n34a10.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n34/v12n34a10.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2018.

GOMES, Roberto. **Crítica da razão tupiniquim**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1982.

RIBEIRO, Darcy. **Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.

_____. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 4.ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

Ariès, Philippe. **O tempo da história**. Leal Ferreira, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.